

Informações Trimestrais - ITR

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metrô Rio

30 de junho de 2011
com Relatório sobre a Revisão de Informações
Trimestrais

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Informações Trimestrais - ITR

30 de junho de 2011

Índice

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais.....	1
Informações Trimestrais - ITR	
Balancos patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstrações do valor adicionado.....	9
Notas explicativas às informações trimestrais.....	10

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais www.ey.com.br

Aos
Conselheiros, Acionistas e Diretores da
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metrô Rio
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., - Metrô Rio ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para o trimestre e período de seis meses findos naquela data e as mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ


Mauro Moreira
Contador CRC - 1RJ 072.056/O-2


Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Balancos patrimoniais
30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Ativo				
Circulante				
Disponibilidades (Nota 4)	3.645	11.522	3.647	11.524
Aplicações financeiras (Nota 4)	156.969	53.893	156.969	53.893
Créditos a receber (Nota 5)	6.424	6.750	6.424	6.750
Estoques (Nota 6)	15.023	14.179	15.023	14.179
Impostos a recuperar (Nota 7)	7.690	7.030	7.690	7.030
Adiantamento a fornecedores	7.311	6.163	7.311	6.163
Outros	3.623	4.989	3.623	4.989
Total do ativo circulante	200.685	104.526	200.687	104.528
Não circulante				
Aplicações financeiras (Nota 4)	119.280	20.791	119.280	20.791
Créditos a receber (Nota 5)	3.954	4.043	3.954	4.043
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7)	53.176	36.938	53.176	36.938
Depósitos judiciais	27.490	23.783	27.490	23.783
Investimentos (Nota 11)	2	2	-	-
Imobilizado (Nota 9)	162.295	156.516	162.295	156.516
Intangível (Nota 10)	1.893.709	1.877.155	1.893.709	1.877.155
Total do ativo não circulante	2.259.906	2.119.228	2.259.904	2.119.226
Total do ativo	2.460.591	2.223.754	2.460.591	2.223.754

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Passivo				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	202.529	206.312	202.529	206.312
Debêntures (Nota 12)	13.513	34.842	13.513	38.832
Fornecedores	28.234	45.508	28.234	45.508
Impostos, taxas e contribuições a pagar (Nota 7)	4.860	4.853	4.860	4.853
Salários, provisões e contribuições sociais	15.420	13.477	15.420	13.477
Concessões de serviços públicos (Nota 13)	181.574	124.236	181.574	124.236
Participações a empregados (Nota 19)	2.500	2.277	2.500	2.277
Dívidas com pessoas ligadas (Nota 8)	-	767	-	767
Serviços a prestar	5.797	4.927	5.797	4.927
Outras obrigações	4.620	12.023	4.620	12.023
Total do passivo circulante	459.047	449.222	459.047	449.222
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	627.243	356.629	627.243	356.629
Debêntures (Nota 12)	487.901	469.750	487.901	469.750
Concessões de serviços públicos (Nota 13)	201.466	279.382	201.466	279.382
Impostos, taxas e contribuições (Nota 7)	1.736	1.557	1.736	1.557
Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais (Nota 14)	15.024	13.497	15.024	13.497
Receita diferida	43	843	43	843
Total do passivo não circulante	1.333.413	1.121.658	1.333.413	1.121.658
Patrimônio líquido (Nota 16)				
Capital social	720.000	650.000	720.000	650.000
Resultado acumulado	(51.869)	(17.126)	(51.869)	(17.126)
Total do patrimônio líquido	668.131	632.874	668.131	632.874
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	20.000	-	20.000
Total do patrimônio líquido	668.131	652.874	668.131	652.874
Total do passivo e patrimônio líquido	2.460.591	2.223.754	2.460.591	2.223.754

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Demonstrações dos resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto prejuízo básico e diluído por lote de mil ações, expresso em reais)

	30/06/2011		30/06/2010	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita de serviços	214.799	214.799	185.342	185.342
Receita da construção	36.089	36.089	49.344	49.344
Receita operacional líquida (Nota 24)	250.888	250.888	234.686	234.686
Custos de serviços (Nota 24)	(147.925)	(147.925)	(112.450)	(112.450)
Custo da construção (Nota 24)	(34.854)	(34.854)	(47.702)	(47.702)
Lucro bruto	68.109	68.109	74.534	74.534
Receitas (despesas) operacionais Gerais, administrativas e com vendas (Nota 24)	(35.834)	(35.834)	(55.072)	(55.072)
Outras receitas (despesas) operacionais - líquidas	90	90	823	823
Lucro operacional antes do resultado financeiro	32.365	32.365	20.285	20.285
Resultado financeiro				
Receitas financeiras (Nota 17)	29.876	29.876	29.597	29.597
Despesas financeiras (Nota 17)	(106.994)	(106.994)	(94.485)	(94.485)
Total resultado financeiro	(77.118)	(77.118)	(64.888)	(64.888)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(44.753)	(44.753)	(44.603)	(44.603)
Impostos de renda e contribuição social (Nota 7)	16.094	16.094	15.813	15.813
Participações dos empregados (Nota 19)	(6.084)	(6.084)	(2.305)	(2.305)
Prejuízo do semestre	(34.743)	(34.743)	(31.095)	(31.095)
Número médio ponderado de ações durante o período (mil)	694.732	694.732	650.000	650.000
Resultado básico por lote de mil ações - em reais (Nota 23)	(50,01)	(50,01)	(47,84)	(47,84)
Resultado diluído por lote de mil ações - em reais (Nota 23)	(28,03)	(28,03)	(26,03)	(26,03)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Demonstrações dos resultados--Continuação

Trimestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto prejuízo básico e diluído por lote de mil ações, expresso em reais)

	30/06/2011		30/06/2010	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita de serviços	112.569	112.569	94.810	94.810
Receita da construção	15.636	15.636	34.813	34.813
Receita operacional líquida	128.205	128.205	129.623	129.623
Custos de serviços	(86.794)	(86.794)	(58.140)	(58.140)
Custo da construção	(14.923)	(14.923)	(33.654)	(33.654)
Lucro bruto	26.488	26.488	37.829	37.829
Receitas (despesas) operacionais Gerais, administrativas e com vendas	(7.329)	(7.329)	(27.919)	(27.919)
Outras receitas (despesas) operacionais - líquidas	(911)	(911)	129	129
Lucro operacional antes do resultado financeiro	18.248	18.248	10.039	10.039
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	17.636	17.636	23.878	23.878
Despesas financeiras	(50.857)	(50.857)	(61.552)	(61.552)
Total resultado financeiro	(33.221)	(33.221)	(37.674)	(37.674)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(14.973)	(14.973)	(27.635)	(27.635)
Impostos de renda e contribuição social	5.504	5.504	9.708	9.708
Participações dos empregados	(4.834)	(4.834)	(1.730)	(1.730)
Prejuízo do trimestre	(14.303)	(14.303)	(19.657)	(19.657)
Número médio ponderado de ações durante o período (mil)	694.732	694.732	650.000	650.000
Resultado básico por lote de mil ações - em reais	(20,59)	(20,59)	(30,24)	(30,24)
Resultado diluído por lote de mil ações - em reais	(11,54)	(11,54)	(16,45)	(16,45)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Reserva de lucros		Prejuízo acumulado	Sub-total	AFAC	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção lucros				
Em 1º de janeiro de 2010	650.000	186	3.527	-	653.713	20.000	673.713
Prejuízo do semestre	-	-	-	(31.095)	(31.095)	-	(31.095)
Saldos em 30 de junho de 2010	650.000	186	3.527	(31.095)	622.618	20.000	642.618
	Capital social subscrito	Prejuízo acumulado		Sub-total	AFAC	Total	
Saldos em 1º de janeiro de 2011	650.000	(17.126)		632.874	20.000	652.874	
Prejuízo do semestre	-	(34.743)		(34.743)	-	(34.743)	
Aumento de capital (Nota 16)	70.000	-		70.000	(20.000)	50.000	
Saldos em 30 de junho de 2011	720.000	(51.869)		668.131	-	668.131	

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Demonstrações dos fluxos de caixa
Semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	30/06/2011		30/06/2010	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do semestre	(34.743)	(34.743)	(31.095)	(31.095)
Ajustes para reconciliar o prejuízo com o caixa gerado pelas atividades operacionais				
Depreciações e amortizações	46.665	46.665	42.272	42.272
Baixa de imobilizado e intangível	1.353	1.353	1.320	1.320
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(16.094)	(16.094)	(15.813)	(15.813)
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidas	52.596	52.596	68.218	68.218
Ajuste a valor presente	4.332	4.332	3.899	3.899
Ajuste de operações de Hedge	(7.386)	(7.386)	-	-
Reversão apropriação receita diferida	(800)	(800)	(800)	(800)
Provisões diversas	887	887	1.334	1.334
(Aumento) redução nos ativos operacionais				
Aplicações financeiras	(239.905)	(239.905)	(638)	(638)
Contas a receber de clientes	326	326	(1.227)	(1.227)
Adiantamentos de proventos	-	-	-	-
Depósitos judiciais	(3.174)	(3.174)	(4.384)	(4.384)
Estoques	(844)	(844)	(7.466)	(7.466)
Outros créditos	(353)	(353)	(5.383)	(5.383)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(17.274)	(17.274)	(13.007)	(13.007)
Obrigações com empregados e administradores	1.943	1.943	1.934	1.934
Impostos, taxas e contribuições	42	42	(640)	(640)
Concessão de serviço público	(8.866)	(8.866)	(12.319)	(12.319)
Outras obrigações e contas a pagar	86	86	6.870	6.870
Caixa consumido pelas atividades operacionais	(221.209)	(221.209)	33.075	33.075
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de intangível	(52.019)	(52.019)	(110.111)	(110.111)
Aquisição de imobilizado	(18.332)	(18.332)	(19.578)	(19.578)
Caixa consumido pelas atividades de investimento	(70.351)	(70.351)	(129.689)	(129.689)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	50.000	50.000	-	-
Captação (pagamento) de empréstimos	195.343	195.343	326.928	326.928
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamento	245.343	245.343	326.928	326.928
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(46.217)	(46.217)	230.314	230.314
Saldo de caixa e equivalentes no início do semestre	65.415	65.417	53.701	53.703
Saldo de caixa e equivalentes no final do semestre	19.198	19.200	284.015	284.017
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(46.217)	(46.217)	230.314	230.314

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Demonstrações do valor adicionado
Semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	30/06/2011		30/06/2010	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receitas				
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	229.355	229.355	197.858	197.858
Receita da construção	36.089	36.089	49.344	49.344
Provisão para devedores duvidosos	(192)	(192)	(2.454)	(2.454)
Outras receitas	971	971	1.217	1.217
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	(113.945)	(113.945)	(116.187)	(116.187)
Custos das mercadorias e serviços vendidos			-	-
Custo da construção	(34.854)	(34.854)	(47.702)	(47.702)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(79.091)	(79.091)	(68.485)	(68.485)
Valor adicionado bruto	152.278	152.278	129.778	129.778
Retenções	(46.665)	(46.665)	(42.272)	(42.272)
Depreciação, amortização e exaustão	(46.665)	(46.665)	(42.272)	(42.272)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	105.613	105.613	87.506	87.506
Valor adicionado recebido em transferência	29.876	29.876	29.597	29.597
Receitas financeiras	29.876	29.876	29.597	29.597
Valor adicionado total a distribuir	135.489	135.489	117.103	117.103
Distribuição do valor adicionado	135.489	135.489	117.103	117.103
Pessoal e encargos	55.399	55.399	47.522	47.522
Impostos, taxas e contribuições	7.678	7.678	5.833	5.833
Impostos federais	2.120	2.120	30	30
Impostos municipais	4.327	4.327	983	983
Impostos estaduais	1.231	1.231	4.820	4.820
Despesas financeiras, juros, aluguéis e terceiros	107.155	107.155	94.843	94.843
Prejuízo do semestre	(34.743)	(34.743)	(31.095)	(31.095)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (a seguir denominada como Metrô Rio ou “Companhia”) foi constituída sob a forma de “sociedade anônima” em 26 de agosto de 2008 com o objetivo de: (i) participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista; (ii) a participação em empreendimentos imobiliários; e (iii) a participação, como cotista, em fundos de investimentos regularmente constituídos. Com o processo de otimização da estrutura societária ocorrido em 2009, a Companhia passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros. A principal atividade da Companhia é a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô, do Contrato de Concessão (“Contrato”), e de seus aditivos, esses últimos firmados entre a Companhia e o Governo do Estado do Rio de Janeiro (“Poder Concedente”). A Companhia poderá exercer outras atividades não previstas no Contrato, podendo participar como sócia ou acionista em outras sociedades, desde que estas atividades complementares não afetem adversamente a prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros.

A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 258.360 (R\$ 344.694 em 31 de dezembro 2010) e apresentou prejuízo de R\$34.743 no semestre findo nesta data, o que, em função do atual estágio de operação, está previsto em seus planos de negócio. A Administração entende que, a partir dos investimentos que têm sido efetuados para o aumento da malha metroviária, construção de novas estações e aquisições de novas composições, deverá haver um aumento significativo no número de passageiros pagantes, o que aumentará a sua geração de caixa operacional e permitirá o pagamento de seus passivos.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações trimestrais individuais e consolidadas em 29 de julho de 2011.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis

As informações trimestrais individuais da controladora para o trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2011, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as informações trimestrais consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos do CPC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

As informações trimestrais da controladora e consolidada foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de junho de 2011. As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

As informações trimestrais estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

2.1. Base de consolidação

As informações trimestrais consolidadas são compostas pelas Informações trimestrais da Companhia e da controlada MASU9 Participações Ltda., subsidiária integral da qual a Companhia possui 99,95% do Capital social que totaliza R\$2.

O exercício social da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e a empresa controlada são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

2.2. Reconhecimento de receitas

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Reconhecimento de receitas--Continuação

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

Adicionalmente, considerando que a Companhia é alcançada pela ICPC 01, está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

As margens de construção são calculadas de acordo com a particularidade dos negócios da Companhia, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OCPC 05.

2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período.

2.5. Créditos a receber

Os créditos a receber de clientes são registrados pelo valor incorrido e ainda não recebido, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para devedores duvidosos é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor dos recebíveis em aberto a partir de 90 dias e o histórico de perdas com contas a receber.

2.6. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização.

2.7. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa 9 e leva em consideração o tempo de vida útil- econômica estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Imobilizado--Continuação

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Também fazem parte do Imobilizado equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.8. Ativos intangíveis

Refere-se a direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas das concessões classificados como ativo intangível, em atendimento ao ICPC 01 - Contratos de Concessão.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Até 30 de junho de 2011 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos.

2.10. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Tributação

Impostos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota	
		Receitas acessórias	Receita com venda de passagens
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,60%	3,00%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	-	2,00%

A Companhia e suas controladas adotam o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30, tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, diferenças temporárias, base negativa de imposto de renda e contribuição social, e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Tributação--Continuação

Impostos sobre vendas e serviços--Continuação

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.12. Plano de previdência e outros benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Aprovado pela Deliberação CVM 600/09, o CPC 33, correlacionado ao IAS 19 - Benefícios a Empregados e sua norma de interpretação IFRIC - 14, dá orientações sobre os cálculos, definições de premissas, registros e limitações aos registros de ativos atuariais em função de obrigações futuras ou restrições legais ou contratuais sobre estes ativos.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Plano de previdência e outros benefícios aos empregados--Continuação

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-aposentadoria da Companhia representa o valor presente das obrigações, excluindo ganhos e perdas atuariais não reconhecidas. O custo de proporcionar benefícios pós-aposentadoria é apropriado na demonstração de resultados durante os períodos que beneficiam os serviços do empregado. Ganhos e perdas atuariais que excedam 10% das obrigações do plano são distribuídos ao longo do restante da vida útil média dos empregados participantes do plano e são refletidas no lucro operacional.

2.13. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por ação (IAS 33).

2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às informações trimestrais, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

A Companhia identificou o passivo sujeito ao ajuste a valor presente concessões de serviços públicos. As taxas de juros implícitas entre 4,8% a.a. e 10% a.a., aplicadas, foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações trimestrais da controladora e consolidado da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis conseqüências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Benefícios de aposentadoria--Continuação

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de juros de debêntures emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente à duração da obrigação. A qualidade dos títulos é revisada, e aqueles com um spread de crédito excessivo são excluídos da população de títulos os quais são utilizados para identificar a taxa de juros.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota Explicativa 15.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas mensalmente.

2.16. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC / IASB.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.17. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e instrumentos com característica de hedge. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber e adiantamentos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos e financiamentos e debêntures.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.17. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Mensuração subsequente--Continuação

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18. Informações por Segmento

Em função da concentração de suas atividades no transporte público de passageiros a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio e suas operações não são controladas e gerenciadas pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.19. Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19. Combinações de negócios (a partir de 1º de janeiro de 2009)--Continuação

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.20. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.21. Contratos de concessão - ICPC 01

A Companhia contabiliza os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

2.22. Novos IFRS e interpretações

Alguns novos procedimentos contábeis do *IASB* e interpretações do *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)* foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2010. Esses pronunciamentos contábeis deverão ser emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM. A Administração da Companhia avaliou os impactos destes novos procedimentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.22. Novos IFRS e interpretações--Continuação

- ▶ International Accounting Standard (IAS) 24 Exigências de divulgação para entidades estatais e definição de parte relacionada (revisada) - Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não impacta as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.
- ▶ IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.
- ▶ IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo - Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não impacta as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.22. Novos IFRS e interpretações--Continuação

- ▶ IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passou a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (*IFRS*) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. Esta alteração não impacta as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.
- ▶ Melhorias para IFRS - O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas são efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais que poderiam impactar a Companhia:
 - ▶ IFRS 3 - Combinação de negócios.
 - ▶ IFRS 7 - Divulgação de instrumentos financeiros.
 - ▶ IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras.

As melhorias acima não resultaram em alterações relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Adicionalmente, o IASB emitiu até 22 de junho de 2011 os seguintes pronunciamentos contábeis:

- ▶ IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.22. Novos IFRS e interpretações--Continuação

- ▶ IFRS 11 Operações conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.
- ▶ IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

A Companhia aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis brasileiro para concluir sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras. Cabe ressaltar que os IFRS 10, 11 e 12 entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012.

A Companhia está em fase de avaliação dos possíveis impactos destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

3. Contratos de concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos de transporte metroviário de passageiros, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. Segue abaixo um breve descritivo do contrato: A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metrô Rio detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro por meio da arrecadação derivada da venda de passagens de diversos serviços, inclusive de viagens integradas com operadoras de outros modais de transporte, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô, do respectivo Contrato de Concessão e de seus aditivos, esses últimos firmados entre o Metrô Rio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Além da receita com passagens, o Metrô Rio faz jus a receitas acessórias, dentre as quais, de exploração comercial de espaços disponíveis nas áreas objeto da concessão.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Contratos de concessão--Continuação

O Metrô Rio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao Metrô Rio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens; sendo responsabilidade do Metrô Rio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o Metrô Rio firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutiva, até 27 de janeiro de 2038. Até aquele momento, com base nos termos até então vigentes, a concessão se encerraria em 27 de janeiro de 2018. A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo Metrô Rio, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro - CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte.

O Contrato determinava, e o Aditivo manteve, o reajuste anual da tarifa unitária de acordo com a variação do Índice Geral de Preços-Mercado ("IGP-M"), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

No evento da extinção do contrato de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à concessão. O Metrô Rio terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva concessão, respeitando os termos do Parágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo.

O contrato de concessão foi classificado como ativo intangível à medida em que a Companhia possui o direito de cobrar pela prestação dos serviços públicos. Este direito não constitui direito incondicional de receber caixa, uma vez que os valores a serem recebidos derivam da utilização dos serviços públicos prestados pela Companhia. No primeiro semestre de 2011 não houve alteração relevante no contrato de concessão.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Disponibilidades e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Caixa e bancos	3.645	2.690	3.647	2.692
Aplicações financeiras				
Certificado de depósitos bancários - CDB	12.024	45.582	12.024	45.582
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos (a)	56.958	-	56.958	-
Letras financeiras do tesouro (a)	183.042	-	183.042	-
Fundos não exclusivos de investimento de renda fixa	7.662	29.102	7.662	29.102
	263.331	77.374	263.333	77.376
Saldos em moeda estrangeira convertida para reais				
Fundo de investimento em renda fixa	16.563	8.832	16.563	8.832
	279.894	86.206	279.896	86.208
Total				
	160.614	65.415	160.616	65.417
Circulante				
Não circulante	119.280	20.791	119.280	20.791

- (a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta específica para este fim; e consequentemente não são de pronta disponibilidade para Administração da Companhia.

Aplicações financeiras com liquidez imediata são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera uma aplicação financeira de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos DI, Certificados de Depósito Bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Disponibilidades e aplicações financeiras--Continuação

O montante aplicado em moeda doméstica refere-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras em renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 75% e 101% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e com liquidez imediata.

De acordo com os termos da Cláusula 8ª, Parágrafo 3º, do Aditivo, em 30 de junho,, o montante destinado para realização de melhorias extraordinárias no sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro é de R\$6.025 e não há restrição de movimentação destes recursos.

Parte das aplicações financeiras demonstradas acima, está vinculada a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 13, e descrito abaixo:

- ▶ R\$1.924 (intermediador Banco Safra S.A.) e R\$5.907 (intermediador Banco Bradesco S.A.) referem-se a garantias para contratação de cartas de fiança, cuja finalidade é servir de garantia nos processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais, proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária e nos contratos de fornecimento de serviço.
- ▶ R\$1.497 (Banco Itaú BBA), R\$2.047 (Banco Bradesco S.A.), R\$282 (Banco Safra), R\$13 (Banco Real), R\$35 (HSBC), R\$666 (Banco do Brasil) e R\$694 (Banco Votorantim) referem-se a valores bloqueados judicialmente nas aplicações financeiras para atender a processos trabalhistas e cíveis.
- ▶ R\$7.631 referem-se à aplicação em fundo de investimento mantida pela Companhia junto à instituição Itaú BBA para garantir os empréstimos contratados em 7 de maio de 2008, 6 de fevereiro de 2009 e 16 de setembro de 2009 junto ao BNDES. Mais detalhes sobre esta operação estão descritos na Nota Explicativa nº 12.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Circulante				
Venda de passagens (a)	4.800	9.824	4.800	9.824
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (b)	3.463	2.583	3.463	2.583
Outros títulos a receber	127	86	127	86
Menos provisão para créditos duvidosos	(1.966)	(5.743)	(1.966)	(5.743)
Créditos a receber circulante - líquido	6.424	6.750	6.424	6.750
Não circulante				
Estado do Rio de Janeiro				
Gratuidades a compensar (c)	3.954	4.043	3.954	4.043
Créditos a receber não circulante	3.954	4.043	3.954	4.043

Os valores relativos a créditos a receber são:

- (a) Receita de passagens a prazo a clientes corporativos, receita em custódia da transportadora de valores e receita na bilheteria a recolher;
- (b) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios); e
- (c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa				
Saldo no início do período	(5.743)	(6.777)	(5.743)	(6.777)
Adições	(192)	(3.553)	(192)	(3.553)
Reversão	3.969	-	3.969	-
Valores recuperados	-	4.587	-	4.587
Saldo no fim do período	(1.966)	(5.743)	(1.966)	(5.743)

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Créditos a receber--Continuação

Estado do Rio de Janeiro - Gratuidades a compensar - Lei nº 4.510/05 e Lei nº 5.359/08

Em 23 de dezembro de 2008, através da Lei nº 5.359/08, o Governo do Estado do Rio de Janeiro alterou o Artigo 6º da Lei nº 4.510/05, onde definiu que a isenção concedida por essa Lei será custeada diretamente pelo Estado, por meio de repasse de verba da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos, em procedimento a ser regulamentado pelo Poder Executivo. Adicionalmente, a Lei nº 5.359/08 estabeleceu que o valor de R\$1,00, correspondente ao valor de cada viagem realizada, será atualizado na mesma data e na mesma proporção da tarifa praticada nas linhas e serviços de transportes coletivos de passageiros do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se no aguardo da publicação do referido regulamento.

Em outubro e novembro de 2009 e janeiro de 2010, a Companhia compensou ICMS incidentes sobre consumo de energia elétrica, no montante de R\$ 391.

A Companhia recebeu o montante de R\$588 referentes à gratuidade estudantil em 2010 e R\$538 no primeiro semestre de 2011.

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Materiais auxiliares e de manutenção e bilhetes	10.076	8.901	10.076	8.901
Adiantamento a fornecedores	1.302	1.268	1.302	1.268
Importações em andamento	3.645	4.010	3.645	4.010
Total	15.023	14.179	15.023	14.179

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Impostos a recuperar e diferidos, taxas e contribuições

a) Impostos a recuperar - circulante

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
ISS e ICMS	316	316	316	316
IRRF sobre aplicações financeiras	6.434	5.922	6.434	5.922
Imposto de renda e contribuição social antecipado	391	391	391	391
Outros	549	401	549	401
Total	7.690	7.030	7.690	7.030

b) Impostos, taxas e contribuições a pagar - circulante

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
PIS e COFINS	1.629	1.502	1.629	1.502
ISS	983	994	983	994
ICMS	100	318	100	318
Imposto de renda retido na fonte	854	673	854	673
Taxa AGETRANSP-RJ	459	441	459	441
Contribuições retidas				
Outros	835	925	835	925
Total	4.860	4.853	4.860	4.853

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Impostos a recuperar e diferidos, taxas e contribuições--Continuação

c) Impostos, taxas e contribuições a pagar - não circulante

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2010	31/12/2010
Imposto de renda e contribuição social	1.544	1.400	1.544	1.400
PIS e COFINS	192	157	192	157
Total	1.736	1.557	1.736	1.557

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

De acordo com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Se houver fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, essas projeções serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Impostos a recuperar e diferidos, taxas e contribuições--Continuação

d) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Fundamento para realização</u>
Prejuízo fiscal	27.523	18.247	Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com prejuízo fiscal.
Base negativa de contribuição social	9.929	6.586	Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com base negativa de contribuição social.
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	669	1.953	Realização pelo recebimento ou efetivação da perda, ou ainda pela aquisição de dedutibilidade face ao ajuizamento da cobrança e prazo de vencido maior que 2 anos.
Provisão para contingências	5.108	4.589	Expectativa de realização conforme o julgamento das causas (ações judiciais cuja perda é considerada provável).
Excesso amortização outorga suplementar	9.500	8.158	Expectativa de realização conforme pagamento da outorga suplementar.
Outros	447	(2.595)	
	53.176	36.938	

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados conforme demonstrado a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2010</u>	<u>31/12/2010</u>
2013	8.303	8.303	8.303	8.303
2014	7.506	7.506	7.506	7.506
2015	10.813	10.814	10.813	10.814
2016	14.480	10.315	14.480	10.315
2017	12.074	-	12.074	-
Total	53.176	36.938	53.176	36.938

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Impostos a recuperar e diferidos, taxas e contribuições--Continuação

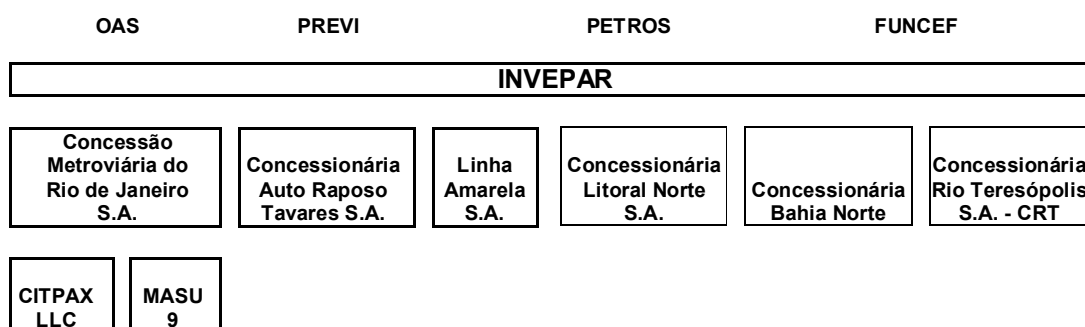
d) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(50.837)	(46.908)	(50.837)	(46.908)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	17.285	15.949	17.285	15.949
Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do exercício				
Adições permanentes	(1.204)	(873)	(1.204)	(873)
Exclusões permanentes	43	622	43	622
Outros	(30)	115	(30)	115
Imposto de renda e contribuição social diferido	16.094	15.813	16.094	15.813

8. Partes relacionadas

A Companhia é integrante do Grupo Invepar que tem a seguinte composição:



As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas às taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas informações trimestrais. Em relação aos mútuos da Companhia com suas partes relacionadas, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade de caixa destas sociedades para o funcionamento das suas respectivas atividades, sendo sujeitas aos encargos financeiros descritos abaixo.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas--Continuação

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembléias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Remuneração dos Administradores

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, gratificações, previdência privada, assistência médica e dentária, no montante de R\$ 1.676 no primeiro semestre de 2011 (R\$2.110 no primeiro semestre de 2010).

	1º semestre de 2011			1º semestre de 2010		
	Diretores	Conselheiros (i)	Total	Diretores	Conselheiros	Total
Pró-labore	1.336	-	1.336	1.613	15	1628
Encargos	282	-	282	322	3	325
Benefícios	58	-	58	157	-	157
	1.676	-	1.676	2.092	18	2.110

(i) Conforme termo de renúncia de remuneração assinada pelos conselheiros em 30 de abril de 2010, estes renunciam a qualquer remuneração pelo exercício da função.

Contrato de mútuo

Em 2010 e 2011 foram celebrados contratos de mútuos com a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (CART) com as características descritas abaixo:

Nome da parte relacionada	Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.
Objeto do contrato	Empréstimo
Garantias e seguros relacionados	Não há garantias
Condições de rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido pelas partes no caso de inadimplemento de qualquer obrigação ou por acordo forma entre as partes
Natureza e razões para a operação	(i) Empréstimo "ponte" até liberação de financiamento contratado pela mutuaría

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas--Continuação

Contrato de mútuo--Continuação

Empréstimos nos montantes de R\$45.000 e R\$ 35.000, concedidos em 25 de março e 31 de março de 2010, respectivamente, com encargos financeiros à taxa 125% do CDI, foram quitados em 25 de abril de 2010.

Em 24 de janeiro de 2011, a coligada CART firmou contrato de mútuo com a Companhia no montante de R\$7.000. Este contrato possuía o vencimento em dez dias, com encargos financeiros à taxa 100% do CDI, acrescido de sobretaxa de 0,2% a.m. calculados *pro rata die*. O contrato foi totalmente quitado em 2 de fevereiro de 2011.

Em 2011 foi celebrado contrato de mútuo com a Linha Amarela S.A. (LAMSA) com as características descritas abaixo:

Nome da parte relacionada	Linha Amarela S.A.
Objeto do contrato	Empréstimo
Garantias e seguros relacionados	Não há garantias
Condições de rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido pelas partes no caso de inadimplemento de qualquer obrigação ou por acordo formal entre as partes
Natureza e razões para a operação	(i) Empréstimo "ponte" até liberação de financiamento contratado pela mutuaría

Em 29 de abril de 2011, a Companhia firmou contrato de mútuo com a coligada LAMSA no montante de R\$11.000. Este contrato possuía o vencimento em trinta dias, com encargos financeiros à taxa 100% do CDI, acrescido de sobretaxa de 0,2% a.m. calculados *pro rata die*. O contrato foi totalmente quitado em 27 de maio de 2011.

O valor total de receita financeira dos contratos acima mencionados montam R\$ 25 no primeiro semestre de 2011 (R\$ 360 no primeiro semestre de 2010).

Debêntures

Conforme descrito na Nota Explicativa 12, em 15 de março de 2010 a Companhia efetuou emissão privada de debêntures, que foram integralmente subscritas por seu acionista controlador.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas--Continuação

Serviços

A Companhia firmou contrato de empreitada em regime de preço global com a Construtora OAS Ltda. para a execução de obras de implantação da futura estação metroviária Uruguai.

O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de 24 meses, é o de empreitada global, e o preço acordado entre as partes foi de R\$147.563, devendo os pagamentos serem realizados em parcelas mensais, de acordo com a evolução física dos serviços apurada mensalmente.

Contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía um contas a pagar para com a sua controladora no valor de R\$767. Este valor foi liquidado em 2011.

9. Imobilizado

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Controladora e Consolidado				Saldo em 31/12/2010
		Saldo em 31/12/2009	Adições	Baixas	Transferências	
Imobilizado						
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	11,48%	1.572	803	-	(85)	2.290
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros	12,60%	129.257	9.175	(77)	33.176	171.531
Máquinas e equipamentos	12,60%	13.416	5.659	-	(289)	18.786
Móveis e utensílios	10%	4.704	2.019	(1)	(212)	6.510
Veículos	20%	1.876	790	(266)	-	2.400
Equipamentos de computação	20%	3.662	1.292	(251)	(7)	4.696
Sistemas aplicativos de software	20%	1.463	500	-	(8)	1.955
Imobilizado em andamento		12.089	8.033	-	957	21.079
Peças sobressalentes		10.568	30.142	-	(28.432)	12.278
Adiantamento a fornecedores		5.648	768	-	(5.100)	1.316
Imobilizado bruto		184.255	59.181	(595)	-	242.841
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(524)	(151)	-	-	(675)
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros		(52.885)	(17.252)	3	-	(70.134)
Máquinas e equipamentos		(4.675)	(1.553)	-	-	(6.228)
Móveis e utensílios		(2.435)	(432)	1	-	(2.866)
Veículos		(1.159)	(305)	79	-	(1.385)
Equipamentos de computação		(2.300)	(1.584)	148	-	(3.736)
Sistemas aplicativos de software		(1.083)	(218)	-	-	(1.301)
Depreciação acumulada		(65.061)	(21.495)	231	-	(86.325)
Imobilizado líquido		119.194	-	-	-	156.516

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Controladora e Consolidado				Saldo em 30/06/2011
		Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas	Transferências	
Imobilizado						
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	11,48%	2.290	2.752	-	1.155	6.197
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros	12,60%	171.531	2.734	-	7.088	181.353
Máquinas e equipamentos	12,60%	18.786	879	-	114	19.779
Móveis e utensílios	10%	6.510	337	-	(280)	6.567
Veículos	20%	2.400	155	(117)	-	2.438
Equipamentos de computação	20%	4.696	832	-	-	5.528
Sistemas aplicativos de software	20%	1.955	56	-	-	2.011
Imobilizado em andamento		21.079	137	-	-	21.216
Peças sobressalentes		12.278	7.295	-	(7.708)	11.865
Adiantamento a fornecedores		1.316	3.155	-	(369)	4.102
Imobilizado bruto		242.841	18.332	(117)	-	261.056
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(675)	(77)	-	-	(752)
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros		(70.134)	(10.176)	-	-	(80.310)
Máquinas e equipamentos		(6.228)	(850)	-	-	(7.078)
Móveis e utensílios		(2.866)	(238)	-	-	(3.104)
Veículos		(1.385)	(271)	82	-	(1.574)
Equipamentos de computação		(3.736)	(766)	-	-	(4.502)
Sistemas aplicativos de software		(1.301)	(140)	-	-	(1.441)
Depreciação acumulada		(86.325)	(12.518)	82	-	(98.761)
Imobilizado líquido		156.516	5.814	(35)	-	162.295

Os investimentos em imobilizado da Companhia consistem essencialmente na aquisição de bens e serviços necessários a realização da operação, benfeitorias no material rodante (carros metrô), nas estruturas das vias, nas estações, no Centro de Manutenção, no Centro de Controle Operacional e na aquisição de equipamentos de tecnologia da informação.

De acordo com o CPC01/IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, não havia bens do ativo imobilizado dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível

	Controladora e Consolidado			Saldo em 31/12/2010
	Saldo em 31/12/2009	Adições	Perdas	
Concessão de serviços públicos				
Outorga principal (até janeiro de 2018) (a)	311.389	-	-	311.389
Outorga suplementar (até janeiro de 2018) (b)	162.940	-	-	162.940
Outorga principal e suplementar (2018-2038) (c)	378.665	359.927	-	738.592
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (d)	932.843	-	-	932.843
Direito de software	3.860	1.251	-	5.111
Outros	14	-	-	14
Total intangível bruto	1.789.711	361.178	-	2.150.889
Outorga principal (até janeiro de 2018)	(153.125)	(5.652)	-	(158.777)
Outorga suplementar (até janeiro de 2018)	(24.238)	(4.928)	-	(29.166)
Outorga principal e suplementar (2018-2038) (c)	(5.289)	(21.216)	-	(26.505)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)	(24.237)	(32.168)	-	(56.405)
Direito de software	(2.434)	(447)	-	(2.881)
Amortização acumulada (e)	(209.323)	(64.411)	-	(273.734)
Total intangível líquido	1.580.388	-	-	1.877.155

	Controladora e Consolidado			Saldo em 30/06/2011
	Saldo em 31/12/2010	Adições	Perdas	
Concessão de serviços públicos				
Outorga principal (até janeiro de 2018) (a)	311.389	-	-	311.389
Outorga suplementar (até janeiro de 2018) (b)	162.940	-	-	162.940
Outorga principal e suplementar (2018-2038) (c)	738.592	51.487	(1.318)	788.761
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (d)	932.843	-	-	932.843
Direito de software	5.111	532	-	5.643
Outros	14	-	-	14
Total intangível bruto	2.150.889	52.019	(1.318)	2.201.590
Outorga principal (até janeiro de 2018)	(158.777)	(5.420)	-	(164.197)
Outorga suplementar (até janeiro de 2018)	(29.166)	(2.080)	-	(31.246)
Outorga principal e suplementar (2018-2038) (c)	(26.505)	(10.696)	-	(37.201)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)	(56.405)	(15.951)	-	(72.356)
Direito de software	(2.881)	-	-	(2.881)
Amortização acumulada (e)	(273.734)	(34.147)	-	(307.881)
Total intangível líquido	1.877.155	17.872	(1.318)	1.893.709

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível--Continuação

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, não havia bens do ativo intangível dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

- a) Decorrente do direito de outorga principal para o primeiro período de concessão (até 27 de janeiro de 2018)

O montante contabilizado referente ao Ativo intangível - Outorga principal, de R\$311.389, é referente ao direito da Outorga principal de exploração da Concessão para o período até 27 de janeiro de 2018. Para mais informações, vide Nota Explicativa nº 13.

- b) Decorrente do direito de outorga suplementar para o primeiro período de concessão (até 27 de janeiro de 2018)

O montante contabilizado referente ao Ativo intangível - Outorga suplementar, de R\$162.940, é referente ao direito da Outorga suplementar de exploração da Concessão para o período até 27 de janeiro de 2018.

- c) Decorrente do direito de outorga principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)

Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 13, através do Aditivo as partes acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutive, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela Companhia, são reconhecidos no Ativo intangível.

- d) Concessão (decorrente de aquisição de controle)

Direito de concessão obtido na aquisição de controle do Metrô Rio. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível--Continuação

e) Prazo de amortização

A amortização do intangível referente à Concessão é linear de acordo com o número de dias restantes para o final do período (até 27 de janeiro de 2038). O valor é registrado na conta de Despesa de amortização da concessão, no custo com receitas de passagens e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no Ativo intangível.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

f) Provisão para redução do valor recuperável de ativos

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado representativo dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento de suas operações.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, considerando se tratar de ativos intangíveis com prazo de vida útil definida.

Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxas de desconto que variam de 12,8 % a 16,9% ao ano.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível--Continuação

f) Provisão para redução do valor recuperável de ativos--Continuação

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- ▶ Receitas - As receitas foram projetadas entre 2011 e 2015 considerando o crescimento da base de usuários.
- ▶ Custos e despesas operacionais - Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.
- ▶ Investimentos de capital - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infra-estrutura necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no trimestre findo em 30 de junho de 2011, visto que o valor estimado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

11. Investimentos

Em 31 de janeiro de 2007, a Companhia adquiriu uma empresa inoperante MASU 9 visando ter a sua disposição uma subsidiária para desenvolver atividades acessórias, nos termos do Parágrafo 7º, da Cláusula 8ª do Contrato. A empresa MASU9 Participações Ltda., é uma subsidiária integral da companhia, que possui 99,95% do Capital social da investida que totalizada R\$2 , totalmente subscrito e integralizado, e que está dividido em 2.000 (duas mil) quotas com valor nominal de R\$1,00 (um) real cada uma. A referida empresa continua inoperante, não gera receita e não possui contingências, compromissos, avais ou garantias em favor de terceiros.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimentos--Continuação

O ativo e patrimônio líquido da controlada em milhares de reais em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 estão abaixo demonstrados:

	Masu 9	
	30/06/2011	31/12/2010
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	2	2
Total do ativo	2	2
Patrimônio líquido		
Capital social	2	2
Total patrimônio líquido	2	2

Em 10 de outubro de 2008, a Companhia constituiu subsidiária no exterior Citpax LLC, com participação integral no capital, com o objetivo de: (a) promover no exterior a marca da Companhia; (b) coordenar esforços para a exploração, via subsidiária, de serviços de transporte urbano de passageiros no exterior; (c) buscar novos padrões tecnológicos para o aperfeiçoamento das operações da Companhia; e (d) servir como um centro de supervisão para eventuais transferências de tecnologia e serviços contratados junto a prestadores de serviços sediados no exterior. O capital social da investida é de US\$8,200 (oito milhões e duzentos mil) dólares, totalmente integralizados. A Citpax é considerada uma filial da Companhia por não possuir corpo gerencial próprio, autonomia administrativa, não contratar operações próprias, utilizar a moeda do Metrô Rio como moeda funcional, e funcionar, na essência, como extensão das atividades do Metrô Rio.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimentos--Continuação

	Citpax	
	30/06/2011	31/12/2010
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	7.067	8.849
Adiantamento a fornecedores	6.299	5.723
Outros	279	135
Total do ativo	13.645	14.707
Passivo		
Contas a pagar Metrô Rio	3.369	3.369
Outras contas a pagar	429	458
	3.798	3.827
Patrimônio líquido		
Capital social	15.349	15.349
Prejuízos acumulados	(5.502)	(4.469)
	9.847	10.880
Total do passivo e patrimônio líquido	13.645	14.707

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Em 30 de junho de 2011, o saldo de empréstimos e financiamentos estava composto da seguinte forma:

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	Taxa efetiva	Controladora e Consolidado	
					30/06/2011	31/12/2010
BNDES Direto 1	TJLP	2,02% a.a.	15/05/2015	9,81%	24.682	27.838
BNDES Direto 2	TJLP	1,92% a.a.	15/02/2017	10,65%	49.866	43.057
BNDES Direto 3						
Subcrédito "A"	TJLP	1,72% a.a.	15/10/2024	7,39%	282.708	269.677
Subcrédito "B"	TJLP	1,72% a.a.	15/10/2017	7,39%	1.528	-
Subcrédito "C"	TJLP	1,72% a.a.	15/09/2024	7,39%	29.732	29.941
FINEP						
Subcrédito "A"	TJLP	5,25% a.a.	15/01/2018	7,21%	9.470	9.709
Subcrédito "B"	TJLP	8,25% a.a.	15/01/2018	7,21%	9.853	10.104
Financiamento Importação Calyon	USD	3,44% a.a.	02/11/2016	4,45%	7.347	8.553
Nota promissória						
Banco do Brasil	DI	100% + 0,95%	07/09/2011	12,99%	88.168	-
Banco Bradesco	DI	100% + 0,95%	07/09/2011	12,99%	88.168	-
Banco Votorantim 1ª série	DI	122%	12/03/2011	13,92%	-	31.137
Banco Itaú BBA 1ª série	DI	122%	12/03/2011	13,92%	-	83.031
Banco Bradesco 1ª série	DI	122%	12/03/2011	13,92%	-	51.894
Caixa Econômica Federal	TR	7,80% a.a.	20/07/2034	7,80%	240.000	-
Total					831.522	564.941
Taxa efetiva					(1.750)	(2.000)
Parcelas de curto prazo					(202.529)	(206.312)
Parcelas de longo prazo					627.243	356.629

Composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

2012	20.916
2013	42.506
2014	49.465
2015	52.714
2016	50.097
2017	41.417
2018-2024	370.128
	627.243

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

BNDES

Em 07 de maio de 2008, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES ("BNDES Direto 1"), no montante total de R\$34.314, bem como da respectiva garantia, em consonância com a Decisão nº 170/2008, de 11 de março de 2008, da Diretoria do colegiado do BNDES. O crédito será posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados sejam feitas. Em 23 de junho de 2010, foi desembolsado pelo BNDES à Companhia o montante de R\$1.170, perfazendo o total da linha de crédito.

A amortização do principal do financiamento acima referido será feita em 66 prestações mensais e sucessivas entre 15 de dezembro de 2009 e 15 de maio de 2015.

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,02% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de maio de 2008 e 15 de novembro de 2009 e, serão pagos mensalmente, no período de amortização.

Em 6 de fevereiro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES ("BNDES Direto 2"), no montante de R\$52.166, bem como da respectiva garantia, em consonância com a Decisão nº 913/2008, de 28 de outubro de 2008, da Diretoria do colegiado do BNDES. Em 11 de maio de 2011, foi desembolsado pelo BNDES à Companhia o montante de R\$9.567, perfazendo o total da linha de crédito.

A amortização do principal do financiamento acima referido é feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de março de 2011 e 15 de fevereiro de 2017.

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 1,92% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de fevereiro de 2009 e 15 de março de 2011, e serão pagos mensalmente, no período de amortização.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

BNDES--Continuação

Em 16 de setembro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES ("BNDES Direto 3"), o montante total de crédito posto à disposição da Companhia foi de R\$422.410, divididos em três subcréditos: "A" (R\$343.214), "B" (R\$3.200) e "C" (R\$75.996), para cobrir, principalmente, os desembolsos com as obras do projeto do Metrô do Século XXI. Até 30 de junho de 2011, havia sido desembolsado pelo BNDES à Companhia o montante de R\$309.354 (sendo R\$278.311 do subcrédito "A", R\$1.403 do subcrédito "B" e R\$29.640 do subcrédito "C").

A amortização do principal do subcrédito "A" será feita em 150 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2012 e 15 de outubro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito "A" incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros serão pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de abril de 2012, e mensalmente no período de amortização.

A amortização do principal do subcrédito "B" será feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de novembro de 2011 e 15 de outubro de 2017. Sobre o principal da dívida do subcrédito "B" incidirá a TJLP. Os juros serão pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de outubro de 2011, e mensalmente no período de amortização.

A amortização do principal do subcrédito "C" será feita em 132 prestações mensais e sucessivas entre 15 de outubro de 2013 e 15 de setembro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito "B" incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros serão pagos trimestralmente entre 15 de setembro de 2010 e 15 de setembro de 2013, e mensalmente no período de amortização.

As principais garantias dos contratos de financiamento BNDES Direto 1, BNDES Direto 2 e BNDES Direto 3 são as seguintes:

- ▶ Vinculação de parcela da receita tarifária decorrente da prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros, em valor mensal não inferior a R\$19.906, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA.
- ▶ Constituição de conta reserva com saldo não inferior a R\$6.635, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da data da assinatura.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

BNDES--Continuação

- ▶ Constituir penhor em favor do BNDES, em 1º grau para BNDES Direto 1, em 2º grau para o BNDES Direto 2 e em 3º grau para o BNDES Direto 3, sobre os seus Direitos Creditórios emergentes do Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, com a interveniência de terceiros, em 27 de janeiro de 1998, e seus posteriores aditivos, abrangendo o direito da Companhia de ser indenizada pelo Estado do Rio de Janeiro nas seguintes hipóteses:
 - a) Perdas que a mesma venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
 - b) Perdas em decorrência de contingências de responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro ou de seus órgãos que venham a ser imputadas à Companhia.
 - c) Extinção da Concessão, nos termos do respectivo Contrato de Concessão, bem como outros direitos de indenização que a Companhia venha a ter em face do Estado do Rio de Janeiro por força do referido contrato.

Como condição restritiva, é vedada à Companhia a aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista no objeto dos financiamentos. A Administração da Companhia entende que esta condição não foi violada. Adicionalmente, esses contratos de financiamento possuem cláusulas restritivas quanto a determinados índices financeiros, que em caso de descumprimento aceleram o vencimento do financiamento. Tanto para o contrato BNDES Direto 1 quanto para o contrato BNDES Direto 2, o índice financeiro é o seguinte: LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) sobre Despesas Financeiras Líquidas maior ou igual a 2. Em 27 de junho de 2011, a Companhia recebeu a carta do BNDES, onde foi formalizado o cumprimento da cláusula restritiva. Em função das disposições do item 74 do CPC 26, a Companhia reclassificou as parcelas devidas para o não circulante.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Notas promissórias

Em 15 de março de 2010, a Companhia emitiu Notas Promissórias coordenadas pelos bancos Itaú BBA, Bradesco e Votorantim no montante de R\$390.000. Na data em questão, as Notas Promissórias foram totalmente subscritas e integralizadas.

Estes títulos foram remunerados em 125% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) e tinham prazo de até 180 dias (cento e oitenta) dias contados da data de emissão, vencendo em 11 de setembro de 2010. As Notas Promissórias foram liquidadas em 13 de setembro de 2010.

Em 13 de setembro de 2010, a Companhia emitiu Notas Promissórias no montante de R\$390.000, coordenadas pelos bancos relacionados abaixo. Na data em questão, as Notas Promissórias foram totalmente subscritas e integralizadas.

<u>Bancos</u>	<u>Montante</u>	<u>Vencimento</u>
Banco Votorantim 1ª série	30.000	12/03/2011
Banco Votorantim 2ª série	45.000	12/12/2010
Banco Itaú BBA 1ª série	80.000	12/03/2011
Banco Itaú BBA 2ª série	80.000	12/12/2010
Banco Bradesco 1ª série	50.000	12/03/2011
Banco Bradesco 2ª série	45.000	12/12/2010
Banco do Brasil	60.000	12/12/2010
Total	<u>390.000</u>	

Estes títulos fizeram jus à remuneração de 122% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) e têm prazo de vencimento demonstrado no quadro acima. As Notas Promissórias emitidas em 13 de setembro de 2010, foram liquidadas, na data do vencimento.

Em 11 de março de 2011, a Companhia emitiu Notas Promissórias coordenadas pelos bancos BB-Banco de Investimento S.A. e Bradesco BBI S.A. no montante de R\$170.000. Na data em questão, as Notas Promissórias foram totalmente subscritas e integralizadas.

Estes títulos farão jus a remuneração de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI), acrescida de *spread* de 0,95% a.a., com vencimento em 07 de setembro de 2011.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

FINEP

Em 27 de agosto de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto à FINEP, em consonância com a Decisão nº 0102/09 da *Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP*, no montante total de R\$21.500, divididos em subcréditos "A" (R\$10.452) e "B" (R\$11.048). O crédito será posto à disposição da Companhia em quatro parcelas, à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados sejam feitas. Até 30 de junho de 2011, havia sido creditado pela FINEP à Companhia o montante de R\$19.323 (sendo R\$9.470 do subcrédito "A" e R\$9.853 do subcrédito "B").

A amortização será feita em 81 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2011 e 15 de janeiro de 2018. Sobre o principal da dívida dos subcréditos "A" e "B" incidirão juros de 5,25% a.a. e 8,25% a.a. respectivamente.

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos do BNDES "2" e "3", FINEP e Calyon foram capitalizados obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. O montante capitalizado no primeiro semestre de 2011 foi de R\$2.701 (R\$3.362 no segundo semestre de 2010).

Caixa Econômica Federal

Em 30 de junho de 2010, a Companhia firmou contrato de financiamento e repasse destinado à realização de investimentos no sistema metroviário do Rio de Janeiro, no âmbito do programa PRÓ-TRANSPORTES/FGTS junto a Caixa Econômica Federal no montante total de R\$650.000, divididos em subcréditos "A" (R\$240.000) e "B" (R\$410.000). Em 30 de junho de 2011, foi creditado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$240.000 (subcrédito "A"). Este valor foi creditado em aplicação financeira específica e destina-se obrigatoriamente ao pagamento dos 114 carros metrô, sendo vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim.

A amortização será feita em 240 meses contados a partir do término do prazo de carência dos subcréditos (48 meses). O saldo devedor será apurado mensalmente e são devidas as seguintes taxas:

- a) Juros - equivalente à taxa nominal anual de 5,5%, capitalizada mensalmente;
- b) Administração - valor equivalente à taxa nominal de 2% a.a., capitalizada mensalmente; e
- c) Risco de crédito - equivalente à taxa nominal de 0,3% a.a., capitalizada mensalmente.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Caixa Econômica Federal--Continuação

O saldo devedor e as prestações serão reajustados pelo mesmo índice e na mesma periodicidade da utilização dos saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, utilizada para esse fim a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha substituí-la.

Debêntures

Em 15 de março de 2010, foram subscritas 10 debêntures, conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 45.000 (quarenta e cinco milhões reais), perfazendo o valor total de R\$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta milhões reais).

A oferta pública de colocação de debêntures foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária em 15 de março de 2010. Os recursos provenientes da emissão de debêntures serão utilizados na execução de seu plano de investimentos e expansão.

As principais características das debêntures são:

Quantidade:	10 debêntures simples
Valor nominal unitário:	R\$ 45.000
Data de emissão:	15 de março de 2010
Data de vencimento:	15 de março de 2020 (parcela única)
Remuneração:	IPCA + 9,75% a.a
Pagamento de juros:	Anual

Até 30 de junho de 2011 os juros e atualização monetária das debêntures emitidas totalizavam R\$51.414, sendo que R\$37.901 estavam registrados no passivo não circulante e R\$13.513 no passivo circulante.

As debêntures poderão ser convertidas em ações ordinárias e/ou preferenciais de emissão da emissora a qualquer tempo, desde a data de Emissão até a data de vencimento.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Debêntures--Continuação

As bases da conversão (i) deverão respeitar a proporção de ações ordinárias e preferenciais em que o capital social da Emissora estiver dividido à época da conversão; (ii) deverão respeitar a proporção em que as classes de ações ordinárias e/ou preferenciais estiverem divididas à época da conversão e (iii) serão calculadas tendo-se como parâmetro o valor do patrimônio líquido da ação, nos termos da fórmula abaixo:

$$\text{N}^\circ \text{ de ações} = \text{valor nominal unitário atualizado} / \text{valor patrimonial da ação}$$

Onde:

Nº de ações: Número de ações em que cada Debênture poderá ser convertida, respeitando-se a proporção entre ações ordinárias e preferenciais de diferentes classes, se for o caso.

Valor Nominal Unitário Atualizado: Valor nominal Unitário de cada Debênture, atualizado e remunerado *pro rata temporis* até o dia útil imediatamente anterior à data da conversão.

Valor Patrimonial da Ação: Valor patrimonial da ação estabelecido em conformidade com o patrimônio líquido constante das demonstrações financeiras do exercício social imediatamente anterior à data da conversão.

Avaliação de conversão futuras

Levando em consideração as cláusulas constantes da escritura de emissão de debêntures, em 30 de junho de 2011 foi feita a avaliação por meio do valor justo, da opção de conversão definida na referida escritura, com base na melhor estimativa decorrente do modelo econômico utilizado para esta avaliação e demais variáveis previstas na escritura de debêntures na data de encerramento das informações trimestrais. A administração concluiu ser nulo o valor justo das opções, em função que a conversão das debêntures em ações não se mostra ideal. Em razão das premissas utilizadas para estes cálculos poderem variar ao longo do tempo a estimativa do valor justo poderá variar comparativamente aos valores reais no futuro.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Debêntures--Continuação

Cláusulas financeiras restritivas

A escritura de emissão das debêntures prevêem que caso a Controladora não cumpra com a manutenção de seus índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, poderá declarar antecipadamente a dívida. Os índices de endividamento e cobertura de juros são os seguintes: (i) Dívida Líquida / Capitalização Total da Invepar inferior ou igual a 70%; (ii) Dívida Líquida / Patrimônio Líquido da Invepar inferior a 1,5; (iii) Dívida Líquida / LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da LAMSA inferior ou igual a 2,0; e (iv) Dívida Líquida / LAJIDA (consolidados) inferior ou igual a 5,8 em 2010, inferior ou igual a 5,0 entre 2011 e 2014, e inferior ou igual a 3,5 entre 2015 e 2020. Em 30 de junho de 2011 estes índices foram observados.

13. Concessão de serviço público

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Circulante				
Outorga principal (a)	95.565	65.387	95.565	65.387
Outorga principal e suplementar (c)	86.009	58.849	86.009	58.849
	181.574	124.236	181.574	124.236
Não circulante				
Outorga principal (a)	66.620	105.404	66.620	105.404
Outorga suplementar (b)	74.888	79.113	74.888	79.113
Outorga principal e suplementar (c)	59.958	94.865	59.958	94.865
	201.466	279.382	201.466	279.382

a) Compromisso decorrente do direito de outorga principal para o primeiro período de concessão (até 27 de janeiro de 2018)

Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente através do pagamento de parcelas ou quitado através da realização de investimentos.

Com base no Aditivo, o saldo de R\$162.185 será pago pela Concessionária em dação através da aquisição de carros metrô até janeiro de 2018.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Concessão de serviço público--Continuação

- a) Compromisso decorrente do direito de outorga principal para o primeiro período de concessão (até 27 de janeiro de 2018)--Continuação

A distribuição deste compromisso, atualizado até 30 de junho de 2011 está assim programada:

2011	40.021
2012	122.164
Total	<u>162.185</u>

- b) Compromisso decorrente do direito de outorga suplementar para o primeiro período de concessão (até 27 de janeiro de 2018)

Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 30 de junho de 2011, o Rio recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e General Osório.

A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ. Em 30 de junho de 2011, esse compromisso somava R\$74.888 (R\$79.113 em 31 de dezembro de 2010), líquido do montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente, no valor total de R\$46.761 (R\$44.562 em 31 de dezembro de 2010). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário, e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem. Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a Companhia está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

No 1º semestre de 2011, o valor total da Outorga suplementar pago e/ou compensado através de depósitos judiciais totalizou R\$8.285 (R\$5.530 no 1º semestre de 2010).

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Concessão de serviço público--Continuação

- c) Compromisso decorrente do direito de outorga principal e suplementar para o segundo período de concessão (entre 28 de janeiro de 2018 e 27 de janeiro de 2038)

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Concessionária assumiu o compromisso de melhorar, conservar e expandir o sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro que pertence à Concessão. A partir de 27 de dezembro de 2007, através do Aditivo, a Companhia também assumiu o compromisso de realizar investimentos destinados: (i) à implementação de novas estações metroviárias, inclusive a obrigação de concluir, em condições de operação, o trecho de 3,2 km, denominado Linha 1A (trecho inaugurado em 22 de dezembro de 2009), com a construção da Estação Cidade Nova (inaugurada em 1º de novembro de 2010), bem como a Estação Uruguai, até 31 de dezembro de 2014; (ii) à aquisição de novos trens; e (iii) à modernização das operações. Em 30 de junho de 2011, os investimentos previstos no Aditivo estavam estimados entre R\$900.000 e R\$1.200.000, e deverão sofrer alterações à medida que os projetos executivos forem sendo definidos e obtidas as cotações definitivas de preços dos diversos componentes.

No 1º semestre de 2011, o valor investido totalizou R\$51.487 (R\$74.587 no 1º semestre de 2010).

Os gastos com a infraestrutura da concessão são contabilizados conforme o CPC 17-contratos de construção, ou seja, todo gasto com infra-estrutura da concessão é contabilizado como custo da construção na DRE e é apurada uma receita de construção com uma margem, que no caso, como há terceirização da obra, a margem (atualmente 3%) é apurada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária da Companhia e eventuais custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. Esta receita de construção tem como contrapartida o intangível.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia nos trimestres estão demonstrados abaixo:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receita de construção	36.089	49.344
Custo de construção	(34.854)	(47.702)

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Concessão de serviço público--Continuação

d) Bens reversíveis

Conforme os termos do Parágrafo 1º da Cláusula 17ª do Contrato de Concessão, os Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998 para utilização na prestação dos serviços de transporte metroviário, de acordo com os termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô e do Contrato, foram recebidos a título gratuito.

A Companhia apresenta no quadro abaixo a composição dos Bens Reversíveis, existentes em 30 de junho de 2011.

Imobilizado da concessão	
Veículos	121
Equipamentos	227.903
Ferramentas	854
Móveis e utensílios	607.104
Almoxarifado	26.799
Equipamentos de processamento de dados	714
Equipamentos de telecomunicações	522
Imóveis	<u>5.229.910</u>
Total	<u><u>6.093.927</u></u>

Os itens que estão relacionados na conta de Almoxarifado acima representam uma parcela dos bens de consumo transferidos pelo Poder Concedente à posse da Concessionária de acordo com os termos do Parágrafo 11º da Cláusula 1ª do Aditivo.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

Provisões para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, realizou análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Cíveis	7.853	7.112
Trabalhistas	6.988	6.202
Tributárias	183	183
	<u>15.024</u>	<u>13.497</u>

Movimentação das provisões no semestre:

	<u>Saldo inicial 31/12/2010</u>	<u>Provisões efetuadas/ atualização monetária</u>	<u>Reversões/ pagamentos</u>	<u>Saldo final 30/06/2011</u>
Cíveis	7.112	1.382	(641)	7.853
Trabalhistas	6.202	952	(166)	6.988
Tributárias	183	-	-	183
Total	<u>13.497</u>	<u>2.334</u>	<u>(807)</u>	<u>15.024</u>

a) Contingências cíveis

A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroviário. Em 30 de junho de 2011, existiam 562 processos em andamento (570 processos em 31 de dezembro de 2010).

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais --Continuação

Provisões para contingências--Continuação

b) Contingências trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. Em 30 de junho de 2011, existiam 680 processos em andamento (624 processos em 31 de dezembro de 2010).

A Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

c) Contingências tributárias

A Companhia move ação de impugnação ao Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro em 18 de junho de 2003, decorrente da revisão das Declarações de Contribuições e Tributos Federais ("DCTF") do 2º e 4º trimestre de 1998, no montante de R\$1.128.

Baseada na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram possível a probabilidade de êxito deste processo, a Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para contingência para esse processo.

A Companhia efetuou provisão, no montante de R\$183, relativa ao Auto de Infração lavrado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), em 27 de junho de 2002, decorrente da revisão da Guia de Fundos e Informações Previdenciárias ("GFIP") do período de 1º de janeiro a agosto de 1999.

A Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende que a provisão registrada é suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisão desfavorável.

A Companhia interpôs Ação Anulatória de Débito Fiscal contra o INSS, cujo objeto é a anulação de autuação por aquela autarquia em virtude de divergência de base de cálculo, na ordem de R\$1.644 (novembro de 2001), já tendo sido efetuado o depósito judicial para garantia do juízo. O processo aguarda início da perícia judicial.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais --Continuação

Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

a) Depósitos recursais

Em 30 de junho de 2011, a Companhia possuía R\$17.106 em depósitos recursais (R\$13.618 em 31 de dezembro de 2010). Este montante é atualizado monetariamente.

b) Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação

Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

As ordens de penhora contra a Companhia, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a CMRJ, nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora.

Desta forma a Companhia interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens. O valor total de processos relativos aos embargos de terceiros para o ano findo em 30 de junho de 2011 é de aproximadamente R\$26.438, sendo todas de natureza trabalhista.

Em 30 de junho de 2011, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$10.384 (R\$10.165 em 31 de dezembro de 2010).

c) Jurisprudência - sucessão

Em 20 de abril de 2005, foi divulgado no Diário de Justiça Orientação Jurisprudencial nº 225, proveniente do Tribunal Superior do Trabalho - TST, que estabelece para os contratos de trabalho extintos antes da vigência da Concessão, que a responsabilidade pelos direitos dos trabalhadores é exclusivamente da empresa que os empregava antes da assinatura do Contrato de Concessão. Esta orientação está em conformidade com o entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais --Continuação

Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação--Continuação

c) Jurisprudência - sucessão--Continuação

Em julgamento encerrado no dia 26 de junho de 2007, a 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça - STJ deu provimento ao recurso interposto pela Companhia para reformar um acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que responsabilizou a Companhia pelas dívidas contraídas pela CMRJ anterior a data da celebração do Contrato de Concessão.

A decisão foi no sentido de que a Companhia, concessionária de serviço público por meio de licitação, com investidora originária e não por cessão, não deve responder por danos causados pela antiga operadora. Neste caso, não se trata de sucessão empresarial, pois a CMRJ, sociedade de economia mista, foi fracionada, mas não se extinguiu, continuando a coexistir com a RIOTRILHOS. Por fim, foi decidido ainda que no caso de insolvência da CMRJ, cabe ao Estado do Rio de Janeiro responder subsidiariamente pelas obrigações.

Tendo em vista a jurisprudência, bem como o fato de que quaisquer perdas decorrentes dessas questões devem ser ressarcidas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro conforme previsto na Cláusula 22ª do Aditivo, a Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que não há necessidade de reconhecimento de provisão para contingência correspondente a este assunto.

d) Termo de compromisso de ajustamento de conduta - TAC

Em 30 de março de 2010, a Companhia firmou acordo junto ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, através da assinatura do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta - TAC, nos autos do processo judicial, onde a Companhia responde por reclamações feitas por usuários do serviço quando do início de operação do trecho denominado Linha 1A.

Neste termo a Companhia se comprometeu a efetuar depósito judicial, no montante de R\$1.000 (valor já depositado judicialmente), a ser feito em período de até 120 dias, pelo prazo de até 02 (dois) anos, como garantia a todo e qualquer dano material e ou moral que venha a ser reclamado.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais --Continuação

Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação--Continuação

e) Termo de compromisso de ajustamento de conduta - TAC

A Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende que não existe a necessidade de ser constituída provisão para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisão desfavorável.

15. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

Em decorrência do Contrato de Concessão, a Concessionária absorveu alguns funcionários da antiga operadora dos serviços, os quais estavam vinculados a um plano de previdência instituído na REFER (Fundação Rede Ferroviária Federal) patrocinado por aquela empresa. As disposições do Contrato de Concessão, em sua Cláusula 24ª, facultaram à Companhia instituir seu plano de previdência privada em outra entidade de previdência.

Em 13 de agosto de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, aprovou o novo plano de previdência patrocinado pelo Metrô Rio (Multipensions Bradesco - Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada ou o "Plano"). De acordo com o regulamento deste Plano, a Companhia (patrocinadora) efetua uma contribuição complementar sobre a Contribuição Básica do empregado (participante) obedecendo às seguintes condições:

- a) Para os funcionários que ingressaram no Plano até 17 de fevereiro de 1999, contribui com 120% da sua Contribuição Básica.
- b) Para os funcionários que aderiram após o prazo definido acima, contribui com os seguintes percentuais: 0 a 9 anos de tempo de serviço - 100%; 10 a 19 anos de tempo de serviço - 110%; 20 anos ou mais - 120%.
- c) A contribuição total relativa aos itens (a) e (b) acima está limitada a 6% do salário de contribuição do participante.
- d) Ao empregado ainda é facultado efetuar contribuições voluntárias de valores variáveis, sobre as quais a patrocinadora não possui qualquer obrigação.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários --Continuação

A Companhia efetuou o levantamento atuarial para o ano de 2010, em conformidade com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009.

A Companhia vem adotando o procedimento padrão constante dos itens 92 e 93 da referida Deliberação. Isto é, a parcela de (ganhos) perdas acumulada excedente a 10% do maior valor entre o valor presente da obrigação atuarial total e o valor justo dos ativos do plano, amortizada pelo prazo correspondente ao tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano. O valor assim calculado compõe a despesa anual prevista para o exercício subsequente.

A taxa de retorno esperado dos Ativos foi determinada pela Administração da Companhia em conjunto com o gestor de investimentos, com base nas expectativas de rentabilidade de longo prazo para cada categoria de ativo dos planos de benefícios, as quais foram fornecidas pelos gestores do plano.

16. Patrimônio líquido

Em 11 de março de 2011, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$55.000 (cinquenta e cinco milhões de reais), sendo R\$35.000 (trinta e cinco milhões de reais) aportados por sua controladora, Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR ("INVEPAR") e R\$20.000 (vinte milhões de reais) vertidos para o capital da Companhia, nos termos do "*Contrato de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital e Outras Avenças*" celebrado em 27 de março de 2009. Foram emitidas 59.288.448 (cinquenta e nove milhões, duzentas e oitenta e oito mil, quatrocentas e quarenta e oito) ações ordinárias ao valor de R\$0,927668061 por ação, com base no patrimônio líquido da Companhia de 30 de setembro de 2010, conforme revisado pelos auditores independentes. A totalidade das ações emitidas foram integralmente subscritas por sua controladora, INVEPAR.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido--Continuação

Em 28 de março de 2011, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 15.000 (quinze milhões de reais), mediante a emissão de 16.296.165 (dezesseis milhões duzentas e noventa e seis mil cento e sessenta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O preço de emissão das ações foi fixado em R\$ 0,920461989 por ação ordinária, tendo por base o valor de patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2010. A acionista Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR ("INVEPAR") manifestou sua intenção de exercer seu direito de preferência e de adquirir eventuais sobras, na forma do art. 171 da Lei nº 6.404/76, de modo que - dada a renúncia ora manifestada por todos os demais acionistas da Companhia aos seus respectivos direitos de preferência para aquisição de novas ações - a INVEPAR subscreveu a totalidade das novas ações ordinárias emitidas.

Em 30 de junho de 2011, o capital social é de R\$ 720.000 (setecentos e vinte milhões de reais), dividido em 725.584.613 (setecentos e vinte e cinco milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e treze) ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, da acionista INVEPAR.

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembléia Geral.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Receitas financeiras				
Juros ativos	15	11	15	11
Juros s/ aplicações financeiras (a.i)	2.162	8.769	2.162	8.769
Operações de hedge (a.ii)	850	7.292	850	7.292
Juros sobre partes relacionadas	25	-	25	-
Variação monetária ativa	2.461	1.875	2.461	1.875
Variações cambiais ativas (a.iii)	24.273	9.869	24.273	9.869
Remuneração de clientes	90	-	90	-
Outros	-	1.781	-	1.781
Total receitas financeiras	29.876	29.597	29.876	29.597
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos (b.i)				
Comissões e despesas bancárias	(20)	-	(20)	-
Juros passivos (b.ii)	(22.579)	(37.059)	(22.579)	(37.059)
Operações de hedge (b.iii)	(22.756)	(3.652)	(22.756)	(3.652)
Variação monetária passiva (b.iv)	(7.121)	(10.486)	(7.121)	(10.486)
Juros sobre debêntures	(43.437)	(21.432)	(43.437)	(21.432)
Ajuste a valor presente	(4.332)	-	(4.332)	-
Variações cambiais passivas (b.v)	(4.045)	(15.064)	(4.045)	(15.064)
Outros	(2.704)	(6.792)	(2.704)	(6.792)
Total despesas financeiras	(106.994)	(94.485)	(106.994)	(94.485)
Total	(77.118)	(64.888)	(77.118)	(64.888)

a) Receitas financeiras

As principais receitas financeiras consistem em: (i) juros sobre aplicações financeiras, listadas na Nota Explicativa nº 4; (ii) ganhos com operação de hedge; e, (iii) variação cambial sobre o montante registrado para a compra dos novos carros metrô.

b) Despesas financeiras

As principais despesas financeiras consistem em: (i) juros sobre empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, descritos na Nota Explicativa nº 12; (ii) juros incidentes sobre impostos e contas a pagar; (iii) perdas com operação de hedge; (iv) atualização da Concessão de serviços públicos a pagar, descrita na Nota Explicativa nº 13 e os ajustes contábeis necessários quando da apresentação da prestação de contas requerido pela Cláusula 22ª, Parágrafo 17º do Aditivo; e, (v) variação cambial sobre o montante registrado para a compra dos novos carros metrô.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Seguros

A Companhia, com base na avaliação de seus consultores e administradores, mantém coberturas de seguros sobre seus ativos próprios, bens reversíveis e de responsabilidade civil. Em 30 de junho de 2011, os principais seguros contratados são:

Descrição	LMI
Risco operacional	180.000
Responsabilidade civil geral	20.000
Transporte nacional	4.000
Transporte internacional	781*
Total	204.781

(*) US\$ 500 convertidos a Reais pela taxa de fechamento de 30 de junho de 2011.

19. Participação dos empregados

A participação dos empregados nos lucros ou resultados, conforme disposto na legislação vigente, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas ou em acordos com os empregados ou com as entidades sindicais. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 2 de abril de 2008, foi aprovada a instituição do Plano de Participação em Lucros e Resultados ("PLR"). Dessa forma, no semestre findo em 30 de junho de 2011, a Administração provisionou R\$2.500 de participação dos empregados nos lucros ou resultados, correspondente 50% da PLR esperada para o exercício de 2011.

20. Avais, fianças e garantias

A Companhia prestou garantias, cujos montantes em 30 de junho de 2011 eram de R\$15.462 (R\$16.890 em 31 de dezembro de 2010), para garantir: (i) a aquisição de energia elétrica junto à Duke Energy; (ii) os processos judiciais gerais; e (iii) os processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária.

Adicionalmente, a Companhia prestou garantias aos empréstimos obtidos. Mais detalhes sobre estas garantias estão descritos na Nota 12.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Compromissos e responsabilidades

Além dos contratos de fornecimento vigentes, a Companhia possui compromisso relativo à contratação de energia elétrica com a Duke Energy Internacional Geração Paranapanema S.A. pelo período entre 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui uma segunda obrigação, cujo contrato foi celebrado em 26 de janeiro de 2009, contratada referente ao fornecimento para o período entre 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2020. A segunda obrigação foi contratada por dois motivos estratégicos: (i) contratação, para o período entre 2011 e 2015, de montante de energia complementar estimado ser suficiente para atender ao início da operação da Linha 1A, da entrada em operação de novos trens e das estações General Osório, Cidade Nova e Uruguai; e (ii) contratação do montante de energia estimado ser suficiente para atender ao consumo total do sistema metroviário a partir do vencimento da primeira obrigação em 31 de dezembro de 2015 até 31 de dezembro de 2020.

Em 2008, a Companhia, através da Citpax firmou contrato com a MTR Corporation Limited no montante de US\$ 9.000 (nove milhões de dólares), com vigência até o final de 2012, com o objetivo de buscar novos padrões tecnológicos para o aperfeiçoamento das operações da Companhia e de prestar serviço de consultoria na aquisição de material rodante, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11. Até 30 de junho de 2011, a Companhia já efetuou pagamentos no montante total de US\$5.350.

22. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Análise dos instrumentos financeiros--Continuação

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de junho de 2011 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, empréstimos e financiamentos, e obrigações com o Poder Concedente.

b) Crítérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

► Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e derivativos

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras e instrumentos derivativos, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI, as taxas de juros dos financiamentos tomados junto ao BNDES e FINEP estão vinculadas à variação da TJLP, taxa de juros Notas Promissórias estão vinculados à variação da DI (Taxa DI) e taxa de juros da Debênture Conversível está vinculada ao IPCA.

d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

e) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu quando da assinatura do Aditivo, particularmente, com relação à aquisição de carros metrô, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 13, considerando-se que os carros serão adquiridos no mercado externo. Adicionalmente, de acordo com as informações prestadas na Notas Explicativas nº 4 e nº12, a Companhia possui aplicações financeiras no exterior e empréstimos no exterior, respectivamente.

f) Operação de derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 30 de junho de 2011, a Companhia possuía operações com característica de *hedge*.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

f) Operação de derivativos--Continuação

No primeiro semestre de 2011, a Companhia contratou operações para proteção cambial de passivo com o Banco Itaú BBA e HSBC Bank. Das operações contratadas, apenas uma não foi liquidada gerando um ajuste a perda de R\$703. As operações liquidadas geraram uma perda de R\$21.203 Abaixo o demonstrativo:

<u>Operação</u>	<u>Ativo/ passivo</u>	<u>Entidade</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor de referência</u>	<u>Posição ativa</u>	<u>Posição passiva</u>	<u>Valor justo diferencial a receber/ (pagar)</u>	<u>Curva diferencial a receber/ (pagar)</u>
Termo de moedas	USD/USD	HSBC Bank	07/07/2011	73.000	114.039	114.147	(108)	(108)
Termo de moedas	USD/USD	Itaú BBA	07/07/2011	50.000	77.600	78.195	(595)	(595)

g) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos os quais não estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos de *hedge*.

No quadro abaixo, são considerados: (i) três cenários, sendo cenário provável o adotado pela Companhia e (ii) cenários variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a CVM através da Instrução nº 475, de 17 de dezembro de 2008, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

g) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros --Continuação

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos				
BNDES	TJLP	(185.875)	(222.697)	(258.850)
FINEP	TJLP	(8.643)	(9.657)	(10.672)
Financiamento importação	Taxa Câmbio			
	R\$/US\$	(859)	(1.074)	(1.288)
Financiamento CEF	TR	(30.572)	(32.028)	(33.484)
Notas promissórias	DI	(4.913)	(6.040)	(7.168)
Debênture privada	IPCA	(1.030.114)	(1.227.931)	(1.453.519)
Referência para passivos financeiros				
TJLP (% ao ano)		6,00%	7,50%	9,00%
TR (% ao ano)		1,34%	1,67%	2,01%
DI (% ao ano)		10,61%	13,26%	15,91%
IPCA (% ao ano)		6,55%	8,19%	9,83%
Taxa de câmbio média (R\$/US\$)		R\$1,91	R\$2,39	R\$2,86

23. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33), aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os trimestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010. O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Receitas, custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar suas demonstrações dos resultados dos trimestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Receita com passagens	215.678	186.036	215.678	186.036
Receitas acessórias	13.677	11.822	13.677	11.822
Receita da construção	36.089	49.344	36.089	49.344
Impostos e contribuições sobre a receita	(14.556)	(12.516)	(14.556)	(12.516)
	250.888	234.686	250.888	234.686

Custos e despesas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Operacionais	89.934	96.590	89.934	96.590
Gerais e administrativas	24.321	18.531	24.321	18.531
Pessoal e encargos	55.940	50.481	55.940	50.481
Depreciação e amortização	46.665	42.279	46.665	42.279
Marketing e vendas de serviços	7.837	9.648	7.837	9.648
	224.697	169.827	224.697	169.827
Custo de serviços	147.925	112.450	147.925	112.450
Custo da construção	34.854	47.702	34.854	47.702
Despesas gerais e administrativas	41.918	57.377	41.918	57.377
	224.697	169.827	224.697	169.827

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Eventos subsequentes

Em 15 de julho de 2011, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$30.000 (trinta milhões de reais) mediante a emissão de 32.530.532 (trinta e dois milhões, quinhentas e trinta mil, quinhentas e trinta e duas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O preço de emissão das ações foi fixado em R\$0,922210559 por ação ordinária, fixado com base no patrimônio líquido da Companhia em 31 de maio de 2011. A totalidade das ações emitidas foram integralmente subscritas por sua controladora, INVEPAR. Sendo assim, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, passou a ser de R\$ 750.000 (setecentos e cinquenta milhões de reais), dividido em 758.115.145 (setecentos e cinquenta e oito milhões, cento e quinze mil, cento e quarenta e cinco) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 05 de julho de 2011, foram liquidadas as operação de derivativos, devido a liberação do financiamento junto a Caixa Econômica Federal, onde o crédito está aplicado em um fundo cambial. Esta operação protege o passivo exposto ao dólar.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO DO 1º SEMESTRE DE 2011

Valores expressos em milhares de Reais

Submetemos à apreciação de V.Sas., as Informações Trimestrais acompanhadas das Notas Explicativas, relativos ao semestre encerrado em 30 de junho de 2011.

1 Aspectos econômico – financeiros

O resumo das principais informações operacionais e financeiras é apresentado a seguir:

O primeiro semestre de 2011 apresentou prejuízo de R\$34.743 (prejuízo de R\$31.095 no primeiro semestre de 2010), devido, principalmente, ao resultado financeiro negativo e à amortização do ágio decorrente da reorganização societária e da concessão.

A receita líquida alcançou R\$250.888 (R\$234.686 no primeiro semestre de 2010), representada em 86% pela prestação do serviço de transporte de passageiros. Foram transportados 87.687 mil (78.074 mil no primeiro semestre de 2010) passageiros no primeiro semestre de 2011.

A Companhia encerrou o primeiro semestre de 2011 com R\$72.946 e 29,1% de EBITDA e margem EBITDA, respectivamente (R\$60.259 e 25,7% no primeiro semestre de 2010).

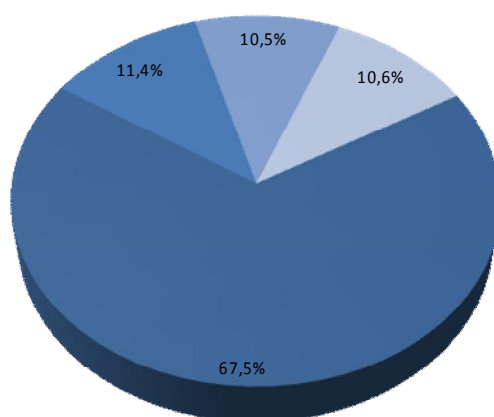
Informações selecionadas (R\$ mil)	1º Semestre de 2011	1º Semestre de 2010	2º Trimestre de 2011	2º Trimestre de 2010
Passageiros transportados (em milhares)	87.687	78.074	44.443	40.242
Receita Líquida de Vendas	250.888	234.686	128.205	129.623
EBITDA	72.946	60.259	38.350	29.654
Margem EBITDA	29,1%	25,7%	29,9%	22,9%
Prejuízo Líquido	(34.743)	(31.095)	(14.303)	(19.657)

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Passageiros

- ▶ Os 87.687 mil (78.074 mil no primeiro semestre de 2010) passageiros transportados no primeiro semestre de 2011 estavam assim distribuídos:

Distribuição de Passageiros



■ Viagens não integradas ■ Integração com ônibus ■ Integração com SuperVia ■ Gratuidades

Resultados

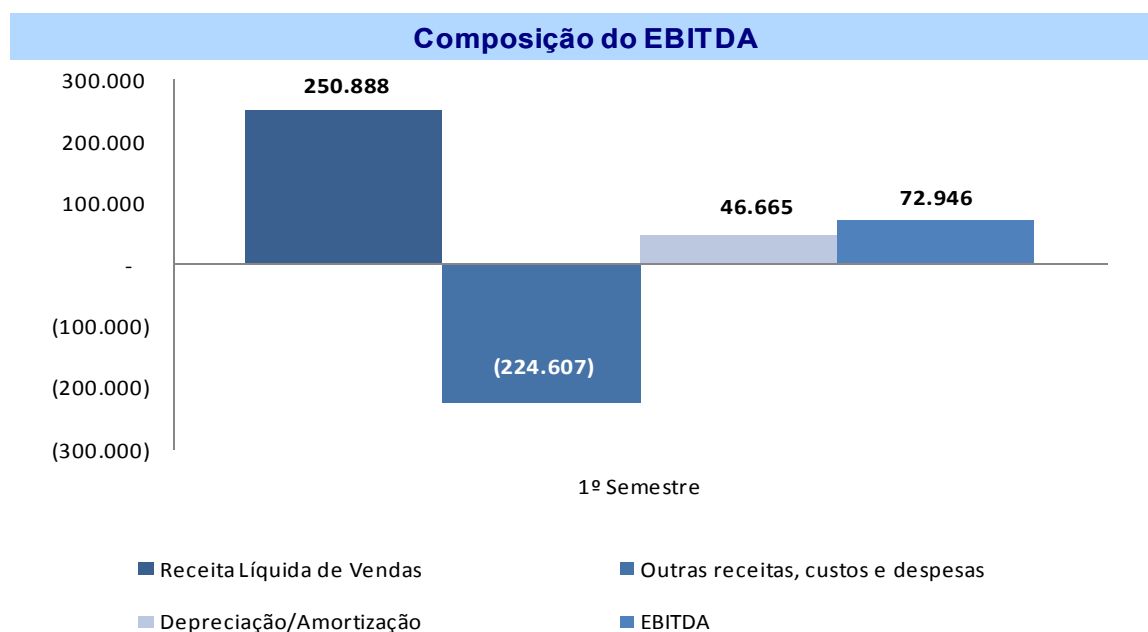
- ▶ A receita bruta alcançou R\$265.444 no primeiro semestre de 2011 (R\$247.202 no primeiro semestre de 2010), sendo R\$215.678 (R\$186.036 no primeiro semestre de 2010) referentes à receita com a prestação do serviço de transporte de passageiros, R\$13.677 (R\$11.822 no primeiro semestre de 2010) referente à receita com locação de espaço físico e veiculação de anúncios e R\$36.089 (R\$49.344 no primeiro semestre de 2010) referentes à receita de construção, este último registrado para adequação ao ICPC 01;
- ▶ O custo no primeiro semestre de 2011 atingiu R\$182.779 (R\$160.152 no primeiro semestre de 2010), representado, principalmente, pelos gastos com pessoal, energia elétrica, materiais e serviços de manutenção, depreciações, amortizações e custo de construção (R\$34.854 no primeiro semestre de 2011 e R\$47.702 no primeiro semestre de 2010), este último registrado para adequação ao ICPC 01;

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

- ▶ O lucro bruto no primeiro semestre de 2011 foi de R\$68.109 (R\$74.534 no primeiro semestre de 2010);
- ▶ As despesas gerais e administrativas somaram R\$41.918 (R\$57.377 no primeiro semestre de 2010), representadas, principalmente, por gastos com pessoal, consultorias e depreciações;
- ▶ No primeiro semestre de 2011, o EBITDA somou R\$72.946 (R\$60.259 no primeiro semestre de 2010) e a margem EBITDA foi de 29,1% (25,7% no primeiro semestre de 2010). A margem EBITDA desconsiderando a receita de construção foi de 34,0% (32,5% no primeiro semestre de 2010).

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

O EBITDA foi composto da seguinte forma:



- ▶ O resultado financeiro foi negativo em R\$77.118, motivado, principalmente, pelos juros referentes às Notas Promissórias, Debêntures Privadas e financiamentos junto ao BNDES.

Investimentos

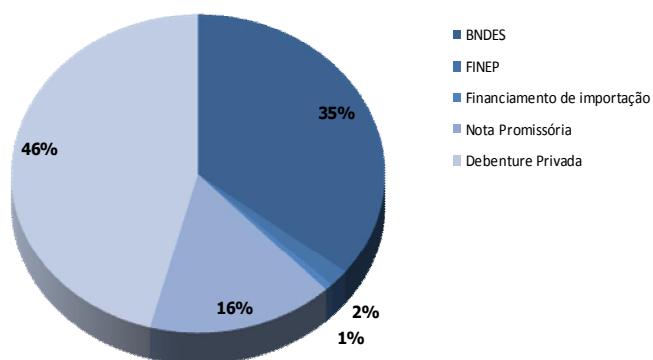
- ▶ O total de investimentos realizados pela Companhia no primeiro semestre de 2011 foi de R\$70.351 (R\$129.689 no primeiro semestre de 2010), aplicados, principalmente, na continuidade dos projetos relacionados às obrigações do Sexto Aditivo ao Contrato de Concessão, que incluem a aquisição de novos carros-metrô, a construção das estações Cidade Nova e Uruguai, e da passarela sob a Av. Presidente Vargas, além da realização de investimentos de modernização do sistema metroviário, inclusive a modernização e ampliação dos sistemas de energia, controle de tráfego, ventilação, sinalização, e implementação de acessibilidade universal em todas as estações.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔ RIO

Endividamento

- ▶ A dívida bruta, composta por Debêntures Privadas, Notas Promissórias e contratos de financiamentos, alcançou R\$1.332.936 em 30 de junho de 2011 (R\$1.069.533 no em 31 de dezembro de 2010), líquido do ajuste de taxa efetiva, e possuem a distribuição a seguir.

Composição do Endividamento por Modalidade



Composição do Endividamento

